

TÓPICOS ESPECIAIS DA CONJUNTURA

Do limite da ortodoxia à busca de uma política econômica consistente

*Fernando Ferrari Filho**

Ao iniciar-se o terceiro ano do mandato do Presidente Collor, os indicadores econômicos, tanto de inflação quanto de nível de atividade produtiva, continuam mostrando que os sonhos primeiro-mundistas "colloridos" estão, cada vez mais, concretizando-se em "bad dreams" terceiro-mundistas retratados em preto e branco, uma vez que a economia brasileira, ao contrário de uma situação de inflação baixa e crescimento econômico sustentado, se encontra há meses em estagflação.

Entendendo que o atual quadro econômico obviamente decorre da política econômica antiinflacionária de controle da demanda agregada que vem sendo implementada desde março de 1990, inicialmente associada aos choques "hetero-ortodoxos" da ex-Ministra Zélia Cardoso de Mello e atualmente identificada ao "social-liberalismo" da gestão do Ministro Marcílio Marques Moreira, cabe, então, uma indagação: por que, há meses, a taxa de inflação vem mantendo-se ao redor dos 23,0%, a despeito, contudo, do processo recessivo em que a economia se encontra? Ou seja, uma vez que o diagnóstico inflacionário das equipes econômicas, tanto no passado recente do período "hard" quanto na presente fase "soft", está centrado no excesso de demanda agregada, proveniente, em grande parte, dos desequilíbrios do setor público, bem como as medidas antiinflacionárias adotadas têm se constituído tão-somente em arrochos fiscal e monetário, por que a inflação não arrefece? Essa indagação, por sua vez, como não poderia deixar de ser, suscita, por um lado, um questionamento da consistência lógica da política antiinflacionária ortodoxa quanto a sua aplicabilidade para a realidade da economia brasileira e, por outro, uma discussão acerca das alternativas de política econômica de controle do processo inflacionário.

A política antiinflacionária do Governo Collor pode ser contestada, pelo menos, por cinco motivos.

Primeiro, porque, ao contrário da suposição de que a economia esteja operando próxima ao seu nível de pleno emprego, condição imprescindível para que se possa diagnosticar a inflação como consequência de um excesso de demanda agregada,¹ a economia brasileira, há muito tempo, vem apresentando ociosidade da capacidade produtiva e, por conseguinte, desemprego. Cabe, ainda, ressaltar que, além de esse quadro econômico não condizer com um diagnóstico de excesso de demanda

* Economista e Professor do DCE/UFRGS.

¹ Uma vez que essa discussão está centrada em um viés keynesiano do autor, ver para tanto, Keynes, J.M. (1972).

agregada, há uma significativa demanda social reprimida, um "exército industrial de reserva" constituído pelos "pês-descalços e descamisados", que, de certa maneira, corrobora a Idéla de que existe não um excesso de demanda agregada, mas, muito pelo contrário, uma insuficiência de demanda efetiva.

Segundo, porque, quando os economistas neo-estruturalistas brasileiros² desenvolveram suas teorias para refutar a relevância do "trade-off" da curva de Phillips para a economia brasileira, as estimativas econométricas relacionando o hiato do produto com a taxa de inflação indicavam que um aumento da recessão tinha um efeito bastante desprezível sobre a dinâmica comportamental dos preços. Essa constatação pode ser empiricamente observada em dois períodos distintos da economia brasileira, em termos de dinamicidade: durante o período do "milagre brasileiro", 1968 a 1973, a taxa média de crescimento do PIB situou-se em torno dos 12,0% a.a., enquanto a inflação média anual foi de 15,0%; em contrapartida, no período compreendido entre os anos de 1981 e 1983, o PIB cresceu, em média, -2,2% a.a., ao passo que a inflação saltou dos 95,2% em 1981 para 211,0% em 1983. Isto é, nos referidos períodos, a curva de Phillips, ao ser confrontada com a realidade da economia brasileira, apresentou-se instável, uma vez que, contrariamente à versão original dessa teoria, a existência de um "trade-off" entre inflação e recessão, a taxa de inflação arrefeceu em conformidade com o crescimento da economia e vice-versa.

Terceiro, porque a consistência da política antiinflacionária ortodoxa somente se configura quando as políticas de austeridade fiscal e monetária se constituem em âncoras da política econômica. Dessa maneira, sabendo-se que o Governo Collor não possui base de sustentação política no Congresso Nacional, condição essencial para que os "projetos" do Governo sejam implementados, a austeridade fiscal passa a sujeitar-se às práticas são-franciscanas do "é dando que se recebe". Em outras palavras, o fisiologismo político, engrossando o bloco situacionista no Legislativo para assegurar a maioria parlamentar do Governo no Congresso Nacional, limita o grau de liberdade de qualquer política de austeridade fiscal que venha a ser proposta pelas autoridades monetárias.

Quarto, porque o Governo Collor não tem um projeto nacional para o País que sinalize as necessidades de transformações político-econômico-sociais ora manifestadas pela sociedade brasileira. Torna-se importante entender que a inexistência de um projeto nacional decorre, por sua vez, tanto da retórica do Projeto de Reconstrução Nacional, metamorfoseado no Projeto Social-Liberal, contraditório por si próprio, quanto do fato de que o discurso presidencial não tem ressonância junto aos segmentos mais organizados da sociedade civil e dos partidos políticos.

Por fim, "but not least", porque o sucesso de qualquer plano de estabilização econômica depende, essencialmente, da confiabilidade que os agentes econômicos têm na gestão político-econômica do Governo. Por quê? Porque os agentes econômicos formam suas expectativas de preços em função das estabilidades política e econômica que, via de regra, são sinalizadas pelo Governo. Como? Se os agentes

² Essa referência reporta-se, especificamente, aos inercialistas da PUC-RJ que, nos idos dos anos 80, apresentaram suas teorias de inflação inercial. Dentre estes, destacam-se P. Arida, A. Lara-Resende, F. Lopes e E. Modiano, entre outros.

econômicos crêem nas instituições e nas autoridades monetárias, suas decisões sobre as revisões dos preços das diversas formas de riqueza são postergadas, ao passo que, se os agentes econômicos vêem indícios de crise institucional e de má administração da política econômica, então eles passam a encurtar seus cálculos de horizonte na formação dos preços e contratos, através de mecanismos de comportamento defensivos, sejam formais, sejam informais. Nesse sentido, diante do conjunto de escândalos políticos, envolvendo tanto ex-ministros quanto "eminências pardas" em CPIs de corrupção e de tráfico de influências, vislumbrando, assim, a possibilidade de uma crise institucional, e visto que a condução da atual política econômica vai de encontro às promessas pré-eleitorais do Presidente Collor, os agentes econômicos não têm outra opção a não ser se comportarem especulativamente, característica das economias monetárias modernas, face aos destemperos dos processos político e econômico do Governo Federal.

A partir dessas considerações, resta a seguinte indagação: há alternativas à ortodoxia econômica?

Inicialmente, torna-se importante salientar que a inflação e o baixo crescimento da economia brasileira decorrem, em grande parte, da crise do Estado, principalmente nos anos 80, que inviabiliza o financiamento da economia. O equacionamento do desequilíbrio fiscal, contudo, não está associado meramente ao equilíbrio contábil entre receitas tributárias e gastos correntes das Administrações Direta e Indireta, tampouco à panacéia das privatizações dos "paquidermes televisivos", mas passa, sim, fundamentalmente, pelas reformas tributária e financeira. Dessa maneira, ao ampliar-se a abrangência da incidência tributária, através de uma melhora da eficiência alocativa desse sistema, bem como ao implementar-se uma reforma financeira, de forma que o Estado passe a ter em suas mãos mecanismos eficientes de controle do setor monetário-financeiro, oportunizam-se condições para a reversão da crise do setor público, uma vez que o Estado resgata o seu papel no processo de acumulação de capital, seja atendendo à demanda social, seja articulando-se com o setor privado. Cabe mencionar, ainda, que as reformas tributária e financeira não são excludentes e que, portanto, a correção dos preços públicos e a revisão da política de subsídios e incentivos fiscais, entre outros, devem estar presentes na discussão da política fiscal de curto prazo.

Por outro lado, entende-se que, em função do conflito distributivo existente na sociedade brasileira, há um componente inercial que, sem dúvida nenhuma, não pode ser rompido sem uma política de choque. Para que os insucessos dos congelamentos de preços e salários, práticas adotadas pelas políticas heterodoxas, não sejam, mais uma vez, repetidos, a política de choque deve ter como âncora uma política de rendas em que, por um lado, se controle efetivamente os preços dos setores oligopolizados e cartelizados da economia,³ sejam públicos, sejam privados; e, por outro, se estabeleçam critérios transparentes de reajustes de preços e de salários previamente acordados entre os diferentes interlocutores da sociedade. Para tanto, o sucesso da política de rendas depende, basicamente, de uma ampla discussão entre os partícipes

³ Nesse particular, torna-se importante ressaltar que a redinamização da estrutura de oferta e, por conseguinte, a atomicidade concorrencial do setor produtivo passam tanto pela definição de uma política industrial quanto pela abertura gradual da economia brasileira.

do processo produtivo, Governo, empresários e trabalhadores, através do que se convencionou chamar de "pacto social" ou "entendimento nacional".

A partir desse conjunto de medidas, entende-se que a política de estabilização econômica possa tanto lograr êxito no que diz respeito ao controle inflacionário quanto criar condições para a retomada do crescimento econômico sustentado, uma vez que as principais causas da inflação brasileira são diagnosticadas e enfrentadas, quais sejam, a crise do Estado, o conflito distributivo, a natureza das expectativas diante das incertezas econômicas e a inadequação da estrutura de oferta em relação às necessidades de demanda agregada.

Ao finalizar, cabe acentuar que, obviamente, as propostas de política antiinflacionária acima discutidas vão de encontro às sistemáticas de política econômica implementadas pelas autoridades monetárias. Como, contudo, a ortodoxia econômica tem a anuência do Presidente Collor, logo, o sacrifício dos ministros da área econômica não conduzem a lugar nenhum. Assim sendo, caso a atual crise institucional, encontrando uma solução democrática, não altere o curso da "reconstrução" e da "modernidade", torna-se necessário, conforme salientou Faoro, que a sociedade brasileira tenha a consciência do processo histórico para que, no futuro próximo, adesões ingênuas e irresponsáveis não sejam manifestadas nas eleições (Faoro, 1992).

Bibliografia

FAORO, R. (1992). Um estratagema tardio. *Isto É*, São Paulo, n.1187, p.17, jul.

KEYNES, J.M. (1972). How to pay for the war. In: _____. **Essays in persuasion**. London: Macmillan. p.367-439. (Collected Writings of John Maynard Keynes, 9).